

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

**FICHA DE SEGUIMENTO**  
**AValiação DO PIC DA GUINÉ-BISSAU 2008-2010**

Janeiro de 2012

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL<sup>1</sup></b>	<b>ACEITE OU REJEITADA<sup>2</sup></b>	<b>EXPLICAÇÃO<sup>3</sup></b>	<b>SEGUIMENTO</b>
<b>PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO</b>				
<b>1.</b> Apesar de alguns progressos, o IPAD deve continuar a envidar esforços no sentido da programação plurianual, com uma visão de médio prazo e uma maior clarificação das prioridades. Esta visão de médio prazo, exigível na programação plurianual, foi, de alguma maneira, implementada no IPAD com a Guiné-Bissau, com a linha extraordinária de financiamento das ONGD, em 2006, com resultados positivos, confirmados pelos parceiros, desde logo, pela previsibilidade que esta introduziu.	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 foi elaborado com programação plurianual	O PIC 2011-2013 foi elaborado com programação plurianual
<b>2.</b> Na programação do PIC, as previsões financeiras devem, sempre que possível, ser distribuídas por áreas de intervenção e ser dadas a conhecer claramente à Guiné-Bissau.	IPAD/DSP	Aceite	Ao PIC 2011-2013 as previsões financeiras estão distribuídas por áreas de intervenção	No PIC 2011-2013 as previsões financeiras estão distribuídas por áreas de intervenção
<b>3.</b> A programação deve ter em atenção a identificação de um conjunto de indicadores que ajudem a um acompanhamento mais efectivo da implementação do PIC. Este esforço tem vindo a ser feito mas necessita de alguma orientação no sentido de serem, em alguns casos, mais centrados e noutros tendo a	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 inclui matriz com indicadores de resultados	Aguarda-se decisão superior quanto à inclusão ou não de matriz

<sup>1</sup> Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

<sup>2</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>3</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>	SEGUIMENTO
preocupação da existência da informação necessária para os medir. Convém, mais uma vez, referir que o número de indicadores deve ser o menor possível desde que permita medir o objectivo e, em algumas situações, ter em atenção a sua formulação.				
4. O documento PIC, durante a fase de programação, deve ser sujeito a uma consulta o mais alargada possível pelos parceiros, incluindo na Guiné-Bissau.	IPAD/DSP	Aceite	Durante a fase de elaboração, o PIC 2011-2013 recebeu e incorporou contributos dos Ministérios Sectoriais e das autoridades guineenses.	O PIC 2011-2013 actualizou a informação dos Ministérios Sectoriais. Aguarda contributos das autoridades guineenses.
5. A <i>Visão Estratégica</i> aponta para a criação de <i>clusters</i> . Isto implica alguma alteração na forma de programar a ajuda portuguesa. No caso da Guiné-Bissau, poderia ser pertinente identificar um <i>cluster</i> geográfico. A forma/modelo de intervenção da Cooperação Portuguesa no arquipélago dos Bijagós poderia ser uma base de reflexão para esta questão. Abrangendo desde a alfabetização, passando pela educação (formação de professores), incluindo a gestão sustentável dos recursos comunitários, numa tentativa de melhorar as condições de vida das populações locais. Esta intervenção teve bons resultados, conseguindo efectivamente que as populações locais melhorassem as suas condições de vida.	IPAD/DSP	Rejeitada	Foi decidido que o PIC 2011-2013 não incluiria um <i>Cluster</i>	Foi decidido que o PIC 2011-2013 não incluiria um <i>Cluster</i>
	IPAD/CGI	Aceite	A intervenção da CP na região de Bafatá de alguma forma “desenha” um cluster geográfico. Ou seja, mantemos aqui intervenções de coop. institucional nas áreas da Educação (Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário), Saúde (Hospital de Bafatá em parceria com FNUAP) e Agricultura (PAIPA e Valorização da Apicultura), para além de diversos Projectos DASC de desenvolvimento sociocomunitário. É mais eficiente do ponto de vista das vias de acesso e poderá ser mais relevante para o desenvolvimento económico do país.	Bafatá mantém-se como aglomerado geográfico da CP. PAIPA evoluiu para intervenção de desenvolvimento comunitário e inclui agora parcerias com FNUAP, para apoio cuidados básicos de saúde e criação de Associações Mutualistas de Saúde nas comunidades; com FEC e UNICEF, para reabilitação de escolas e formação de professores. PASEG reforçou apoio ao Liceu de Bafatá, com formação de professores e centro de recursos, e a diversos Jardins-de-Infância, também com formação de Educadoras e equipamento didáctico e pedagógico. Obra Hospital de Bafatá está quase concluída.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>4</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>5</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>6</sup>	SEGUIMENTO
<b>IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO</b>				
<b>6.</b> Aquando da concepção das intervenções na área da capacitação institucional e nomeadamente nas acções de formação, estas devem ser complementadas com acções de assistência técnica. Nestas acções também se deve ter em atenção as questões relacionadas com os equipamentos e materiais necessários para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos com a formação.	IPAD/CG I	Aceite	Os Programas e Projectos integram, em regra, actividades de assistência técnica orientadas para o desenvolvimento de capacidades a par de actividades de formação. Nos últimos três anos as instituições foram, igualmente dotadas, de equipamentos de suporte às suas funções e ao reforço de competências individuais. V.g. MEN, com os projectos PASEGII e Djunta Mon; MJ, com Programa Justiça; e MI, com a CTP.	As áreas de intervenção Educação, Justiça, Segurança e Agricultura foram reforçadas nas dimensões de assistência técnica e equipamento e assumem cada vez mais uma abordagem de desenvolvimento integrado do sector, sobretudo através da advocacia de políticas e institucionalização de boas práticas. Informação detalhada disponível nos relatórios dos PPA e FP resumo de cada sector.
	Instituto Camões	Aceite	Continuar a desenvolver as actividades previstas no PA dos Centro de Língua e do Centro Cultural do Instituto Camões. É exemplo disso o apoio prestado ao nível dos recursos logísticos, financeiros e humanos	As actividades dos PA (CLP e CCP do Instituto Camões) aprovadas para <b>2011</b> foram executadas e incidiram nos seguintes domínios: i) música, dança, cinema e fotografia; ii) exposições iii) conferências, seminários; iv) apoio à publicação; vi) cursos de língua e literatura portuguesas ;vii) cursos de formação para públicos diferenciados (ex. c.f. extra-curricular para os alunos da licenciatura em Língua

<sup>4</sup> Serviço ao qual se destina a recomendação

<sup>5</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>6</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>4</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>5</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>6</sup>	SEGUIMENTO
				Portuguesa); viii) oficinas de escrita criativa e jornalística  Manteve-se o apoio do IC ao nível dos recursos logísticos, financeiros e humanos  Em <b>2012</b> vão manter-se as actividades com incidência nos mesmos domínios.
	MAI/DGAI		O objectivo da cooperação técnico-policia assenta duas actividades fundamentais:  Actividade de Formação, numa perspectiva de formação inicial, reciclagem e especialização, e, Actividade de Assessoria Técnica, como factor determinante para influenciar modelos organizacionais e funcionais. Por outro lado, aquando a concepção dos projectos é sempre considerado a aquisição de fardamento, equipamento e manuais para distribuição a todos os formandos que têm aproveitamento nas acções de formação.	-
7. Nas intervenções mais estruturantes deveria haver a preocupação de aliar acções de assistência técnica e assessoria aos Ministérios Guineenses respectivos.	IPAD/CG I Ministérios sectoriais	Aceite	Idem. O PASEG, por exemplo, mantém sete áreas de assistência técnica/ assessoria ao MEN e estruturas descentralizadas, cada uma com um responsável designado, que implementam prioridades de reforma da Carta de Política Educativa. Justiça/PJ e CTP	Verifica-se progressos nos resultados das assessorias Educação, Justiça e Segurança com institucionalização de algumas reformas estruturais. No caso da Educação há diversos grupos de trabalho de assessoria ao MEN, INDE e



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>4</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>5</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>6</sup>	SEGUIMENTO
			também, orientadas, neste caso, para implementar prioridades comuns ao DERMS e Plano Operacional UNODC.	ESEGB em curso, que integram também parceiros da CP e multilaterais (e.g. UNICEF, UNESCO, PAM, UICN), pelo que há progressos significativos também na a harmonização e divisão do trabalho.
	Instituto Camões	Aceite	Continuar o trabalho de acompanhamento e apoio ao Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, relativo à formação pedagógica dos professores de português do ensino básico e secundário.	<b>2011</b> Em execução o Protocolo entre o IC e o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, relativo à formação pedagógica dos professores de português do ensino básico e secundário, assinado a 23 de Setembro de 2005. Neste contexto, o IC é também responsável pela dinamização das 12 Unidades de Apoio Pedagógico/Pólos de Língua Portuguesa (criados no âmbito do Projecto de Apoio à Educação Básica). No âmbito deste protocolo foram desenvolvidos cursos de formação para os Formadores das UAP/PLP.  Em <b>2012</b> dar-se-á continuidade a este trabalho.
	MAI/DGAI	Aceite	Os Projectos Técnico-policiais incluem uma forte componente de Assessoria e Assistência técnica ao Ministério do Interior e Forças de Segurança sob a sua tutela, através da implementação de um conjunto	



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL<sup>4</sup></b>	<b>ACEITE OU REJEITADA<sup>5</sup></b>	<b>EXPLICAÇÃO<sup>6</sup></b>	<b>SEGUIMENTO</b>
<p><b>8.</b> Constatou-se que a Embaixada tem vindo a evoluir positivamente relativamente ao acompanhamento no terreno, promovendo a necessária coordenação. No sentido de aprofundar este acompanhamento sugere-se que a Embaixada se organize de forma a poder visitar todas as intervenções e a promover encontros com alguma regularidade.</p>	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite	de actividades que visam alcançar uma meta global de melhoria da capacidade institucional e capacidade de prevenção e de reacção das autoridades da Guiné-Bissau.	A Cooperação Portuguesa visitou todas as intervenções no terreno; realizou 2 reuniões gerais de ONGD; elaborou e distribuiu um questionário de caracterização das várias ONGD portuguesas a trabalhar em território guineense, a partir do qual produziu uma brochura. Para além disso, existem contactos regulares da Cooperação Portuguesa com os Coordenadores de Projecto, de forma a aferir da execução corrente das actividades.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>7</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>8</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>9</sup>	SEGUIMENTO
<p><b>9.</b> No que diz respeito ao acompanhamento no IPAD, que tem tido uma evolução positiva, sugerem-se ainda assim algumas melhorias relacionadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• As fichas de concepção do projecto e do acompanhamento estarem bem identificadas, datadas e os montantes financeiros das intervenções estarem bem referenciados no tempo;</li><li>• A organização dos programas na intranet deve ser feita com uma lógica que permita a sua localização rápida;</li><li>• A DCG/DSP deve elaborar, actualizar regularmente e disponibilizar ficha país, incluindo no site, que contenha toda a informação pertinente sobre a Guiné-Bissau, com indicadores relativos à situação social e económica do país e a listagem dos projectos em execução.</li></ul>	IPAD/CG I	Aceite	Fichas de Projecto e Relatórios de acompanhamento GB encontram-se nas pastas partilhadas respectivas. Actualização e selecção da informação pertinente, contudo, poderão ser prejudicadas pelo modelo actual de FP, que não permite resposta eficiente a todos os pedidos de pontos de situação e diversos formatos em que é necessário processar a informação.	Idem. Nota-se ainda que FP adequadas deveriam ser alimentadas por formulários em sistema de informação integrado que incluísse candidaturas a financiamento PPA, relatórios de progresso dos executores e base de dados respectiva, disponíveis para carregamento e consulta internos e externos.
	IPAD/DSP		Os conteúdos disponíveis no <i>site</i> são os considerados pertinentes. A ficha país disponível nas “áreas de partilha” é actualizada sempre que é possível obter novos dados. Dada a escassez de estatísticas do país, o suporte utilizado é o que apresenta os dados mais recentes.	Os conteúdos disponíveis no <i>site</i> são os considerados pertinentes. A ficha país disponível nas “áreas de partilha” é actualizada sempre que é possível obter novos dados. Dada a escassez de estatísticas do país, o suporte utilizado é o que apresenta os dados mais recentes.
<b>10.</b> O processo de candidatura dos projectos à Linha de Financiamento da Sociedade Civil deve ser repensado. Nos casos em que os projectos devam ter uma abordagem plurianual, não a tendo por não ser possível, não devia ser necessário as organizações repetirem no segundo ano todo o processo quando o	IPAD/CGII/DASC	Rejeitada	Assume-se que a proposta de repensar a Linha de Financiamento se refira à questão da plurianualidade. Assim sendo, a presente questão está ultrapassada (como referido na própria recomendação), sendo que a	-

<sup>7</sup> Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

<sup>8</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>9</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<p>projecto é a continuação do ano anterior. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claro os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.</p>			<p>interpretação do IPAD era diferente daquela que vem relatada.</p>	
<p><b>11.</b> Todo o processo de candidatura e análise das intervenções das ONGD é realizado de forma tecnicamente correcta, podendo, mesmo, servir de modelo para a análise e acompanhamento das intervenções da Cooperação portuguesa. No entanto, em alguns casos, constatou-se que alguma da argumentação apresentada aquando da apreciação das candidaturas não é completamente clara, isto é, perceptível e sem suscitar quaisquer dúvidas aos proponentes e a todos aqueles que venham a necessitar de consultar esses processos de candidatura. Assim, sugere-se um maior aprofundamento na análise das candidaturas, nomeadamente na sua fundamentação, tentando clarificar alguma da linguagem utilizada e referenciar, sempre que possível, o suporte documental dessa mesma fundamentação. Além disso, a publicação da lista dos projectos co-financiados deve estar sempre disponível e actualizada no site do IPAD. Prevê-se a resolução desta questão com a implementação do novo sistema de gestão documental do Instituto.</p>	<p>IPAD/CGII/DASC</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Considera-se que a análise efectuada tem a profundidade necessária, sendo que já vai além dos recursos disponíveis para a sua realização.</p> <p>Considera-se também que a linguagem utilizada permite aos proponentes perceber a fundamentação. No entanto, será tomado em conta a observação efectuada, no reconhecimento que existe sempre margem de melhoria.</p> <p>Relativamente à lista dos apoios concedidos, não é uma questão que se coloque à DASC, pois esta envia a informação necessária para o site e espera que esta lá permaneça. Acresce que os resultados são comunicados à Plataforma por escrito e são publicados em DR.</p>	<p>-</p>



**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>10</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>11</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>12</sup>	SEGUIMENTO
<b>COORDENAÇÃO / ARTICULAÇÃO</b>				
<b>12.</b> Embora com melhorias notáveis, a Embaixada de Portugal em Bissau deve continuar a promover a articulação entre as várias intervenções da Cooperação Portuguesa com especial incidência na área da Educação e das ONGD. Esta última área será provavelmente a que tem sido mais descurada.	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Relativamente ao relacionamento com as ONGD, remete-se para a resposta ao ponto 8. No que se refere à articulação entre as intervenções da Cooperação Portuguesa na área da Educação, saliente-se as reuniões periódicas com o PASEG e a FEC, nomeadamente no que respeita à parceria estabelecida com a UNICEF. Também entre o PASEG e as acções desenvolvidas na área da Justiça (PJ) e da Cooperação Técnico-Policial tem havido uma colaboração e partilha de experiências.
<b>13.</b> O IPAD deve promover uma articulação mais estreita e regular entre os parceiros portugueses.	IPAD/DSP	Aceite	A coordenação entre os parceiros portugueses foi melhorada havendo agora mais disponibilidade para a partilha de informação com o IPAD. A coordenação por parte do IPAD na elaboração do Plano de Acção Segurança e Desenvolvimento para a GB é um exemplo concreto.	A coordenação entre os parceiros portugueses foi melhorada havendo agora mais disponibilidade para a partilha de informação com o IPAD. A coordenação por parte do IPAD na elaboração do Plano de Acção Segurança e Desenvolvimento para a GB é um exemplo concreto.

<sup>10</sup> Serviço ao qual se destina a recomendação

<sup>11</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>12</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL<sup>10</sup></b>	<b>ACEITE OU REJEITADA<sup>11</sup></b>	<b>EXPLICAÇÃO<sup>12</sup></b>	<b>SEGUIMENTO</b>
	IPAD/CGI	Aceite	O esforço de coordenação tem sido intensificado. A coordenação estreita de parceiros no sector da Educação e o Plano de Acção Segurança e Desenvolvimento para a Guiné-Bissau são resultados desse trabalho.	No sector da Educação a coordenação evolui para grupo de trabalho permanente que junta PASEG, FEC e ICA em reuniões regulares. Outros sectores têm tido coordenação reforçada pelo IPAD e Serviços da Cooperação em Bissau.
<b>14.</b> A Direcção do IPAD deve promover uma melhor articulação entre as suas unidades orgânicas, nomeadamente entre a DSP e as DSCG, a fim de assegurar uma melhor programação e evitar a existência de informação e dados não coincidentes, com eventuais consequências até na contabilização da APD.	IPAD/Direcção	-	-	-
<b>15.</b> O IPAD deve promover uma articulação mais estreita entre a DSCG II, a DSP e a DSCG I, no sentido de assegurar que as intervenções da Sociedade Civil se enquadram nas prioridades do respectivo país.	IPAD/DSP	Aceite	A DSP está disponível para contribuir para uma melhor articulação.	A DSP está disponível para contribuir para uma melhor articulação.
	IPAD/CGI	Aceite	Os pareceres da CGI na apreciação das candidaturas da Sociedade Civil procuram identificar e aproveitar complementaridades. Prepara-se, este ano, a realização de actividades conjuntas na região de Bafatá. Maior coerência das acções da Sociedade Civil com as prioridades do PIC e cooperação institucional dependerá de orientações a montante, no momento da escolha temática dos concursos DASC.	No âmbito PPA acompanhados por esta DS tem sido feito esforço para orientação complementar com algumas intervenções da Sociedade Civil (e.g. FEC, com “Bambaram di Mindjer” e IMVF, com Projecto Descentralizado Segurança Alimentar). Mantêm-se impedimentos por força das opções de planeamento do apoio à Sociedade Civil.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>10</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>11</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>12</sup>	SEGUIMENTO
	DASC	Rejeitada	<p>Os critérios de apoio aos projectos das ONGD são vários e diversos e onde se inclui as prioridades do respectivo país, pelo que a individualização de um critério em detrimento dos demais não dá uma visão completa do quadro de trabalho.</p> <p>Associado às prioridades fixadas para o sector da Sociedade Civil, o apoio efectuado aos projectos das ONGD estão sujeitos a uma grelha de análise que contém 5 critérios (Relevância, Sustentabilidade, Metodologia, Eficácia, Capacidade Financeira e Operacional).</p> <p>No que diz respeito à operacionalização do critério geográfico, que concorre para a apreciação do critério da Relevância, a DASC segue os Pareceres da DSP, CGI e II e Embaixadas.</p> <p>Assim, os projectos das ONGD são <u>todos</u> financiados no quadro da combinação das prioridades da Cooperação Portuguesa no âmbito do relacionamento com o sector da Sociedade Civil e que não se restringem ao âmbito geográfico.</p>	-
16. A Embaixada e o IPAD devem garantir a articulação com os outros doadores e, nomeadamente, promover uma maior articulação	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		A Embaixada e a Cooperação Portuguesa participam em reuniões frequentes de troca de

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>10</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>11</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>12</sup>	SEGUIMENTO
com a Delegação da Comissão Europeia, assegurando a necessária complementaridade.	IPAD/DSP			informação com outros doadores, a saber, Banco Mundial, Sistema das Nações Unidas, BAD, União Europeia, etc.

### ÁREAS DE INTERVENÇÃO

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
<b>Área da Justiça</b>				
<b>17.</b> Esta área é muito importante para a estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, pelo que exige uma abordagem estruturante e mais transversal, devendo continuar a ser assumida como uma área prioritária no próximo PIC.	MJ/DGPJ	Aceite	A área da Justiça revela-se como fundamental para a construção de um Estado de Direito Democrático, com ramificações a todos os níveis. Todavia, cabe também ao Governo da Guiné-Bissau designar a Justiça como área prioritária.	A aprovação, por parte do Governo da República da Guiné-Bissau, do documento Política para o Sector da Justiça 2010-2015, pode ser tida como um compromisso governamental a longo prazo, consagrando a área da Justiça como uma prioridade.
<b>18.</b> A intervenção nesta área deve continuar a apostar no domínio dos registos/notariado, dadas as grandes carências que se continuam a verificar e as repercussões ao nível da credibilidade dos documentos, nomeadamente com consequências na mobilidade dos cidadãos. Deve apostar também nos Serviços Prisionais e na Formação de Magistrados.	MJ/DGPJ	Aceite	O Instituto dos Registos e do Notariado teve uma presença expressiva na Guiné-Bissau, permitindo o levantamento das necessidades e o início do processo de reforma do registo civil, área a que foi atribuída particular importância por virtude do impacto da mesma na segurança documental do país em	A área do registo civil irá continuar a ser alvo de particular atenção no âmbito da cooperação no sector da justiça, com possível introdução de meios informáticos específicos. No que respeita à formação de magistrados, esta irá ser alterada passando a privilegiar a formação <i>in loco</i> e, ainda, o apoio ao

<sup>13</sup> Serviço ao qual se destina a recomendação

<sup>14</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>15</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
			<p>determinadas matérias decorrentes deste registo.</p> <p>A área da formação de magistrados tem sido igualmente objecto de particular empenho com vista ao reforço do Estado Democrático de Direito.</p> <p>Por sua vez e após diagnóstico inicial, a área prisional irá também ser alvo de acções de cooperação.</p>	<p>recém-criado CENFOJ. A área prisional irá beneficiar de acções de formação e assessoria.</p>
	IPAD/CGI	Aceite	<p>O Programa Justiça tem abrangido os Registos e Notariado, Serviços Prisionais, Magistraturas (com apoio complementar entre 2009 e 2010 através de contribuição consignada à UNODC) e Investigação Criminal, áreas que deverão manter-se em 2011.</p>	<p>Idem. Acresce que o Programa Justiça iniciou em 2011 apoio às capacidades nacionais de formação de magistrados através de assistência técnica ao CENFOJ. Assegurou também formação de todos os Guardas Prisionais e Chefias, assistência técnica às Direcções dos estabelecimentos prisionais e algum equipamento prioritário.</p>
<p><b>19.</b> Identificar a possibilidade de alargamento da intervenção da Polícia Judiciária ao interior da Guiné-Bissau.</p>	MJ/DGPJ	Aceite	<p>Não obstante o reconhecido interesse no alargamento da presença da Polícia Judiciária no interior do país, esta encontra-se condicionada pela falta de capacidade da instituição em manter delegações nas várias regiões.</p>	<p>A Polícia Judiciária de Portugal, para além de continuar a assessoria especializada junto da sua homóloga e prosseguir a capacitação dos recursos humanos, irá dar o seu contributo para a efectiva criação e/ou melhoria da Directoria de Bafatá e Inspeções de Bubaque e Catió.</p>



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
<b>Área das Finanças Públicas (PICATFin)</b>				
<b>20.</b> Constatou-se uma grande dispersão nesta intervenção, pelo que se recomenda concentração nas áreas mais prioritárias.	MFAP/GPEARl	Rejeitada	<p>A intervenção do MFAP, no âmbito do PICATFin com a Guiné-Bissau, é toda ela nas áreas de conhecimento e experiência do MFAP.</p> <p>As áreas de intervenção que constam do Programa de Cooperação foram identificadas por técnicos de ambos os lados e naturalmente consideradas prioritárias.</p> <p><u>Sugestão:</u></p> <p>Alterar o texto da recomendação 20 para: <i>“Constatou-se que o Programa de Finanças Públicas da Guiné-Bissau tem um expressivo número de áreas, o que dificulta a sua execução, pelo que se recomenda a concentração nas áreas mais prioritárias”.</i></p>	Apesar de o PICATFin ter sido desenhado em função das prioridades identificadas pelas autoridades guineenses, concordamos com a necessidade de se reflectir sobre o número de áreas a apoiar através deste Programa, dados os escassos recursos e a necessidade de se concentrar o apoio em domínios considerados críticos para o MF/GB.
<b>21.</b> No âmbito da cooperação no domínio orçamental, é necessário clarificação em relação ao Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) que apoia a preparação e execução orçamental e a elaboração da Conta, que se baseia na metodologia adoptada pelos países da UEMOA. Pode eventualmente não se justificar a intervenção da Cooperação Portuguesa dado o facto de a Guiné-Bissau seguir um modelo diferente do português.	MFAP/GPEARl	Rejeitada	<p>O SIGFIP a que se refere a recomendação é uma ferramenta informática.</p> <p>A preparação e execução orçamentais e a elaboração da conta geral do estado são instrumentos e procedimentos baseadas em normas internacionais que todos os estados devem ou deveriam</p>	Mantemos a explicação anterior



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
			<p>observar.</p> <p>Como está formulada a recomendação não faz sentido.</p> <p>O que se fez e continuará certamente a fazer é executar as acções no domínio do orçamento sem qualquer sobreposição com outras iniciativas já no terreno.</p> <p><u>Sugestão:</u></p> <p>Alterar a última frase do texto da recomendação 21 para: “A <i>intervenção da Cooperação portuguesa deverá estar em estreita articulação com a metodologia adoptada pela Guiné-Bissau</i>”</p>	
<b>Área da Cooperação Técnico-Militar</b>				
<b>22.</b> A Cooperação Portuguesa deve apoiar o sistema de recrutamento e mobilização dos militares para promover uma maior profissionalização das Forças Armadas Guineenses e assegurar uma maior estabilidade do país.	MDN/DGPDN	Aceite	<p>Implementação de um sistema de selecção nacional que permita a escolha para recrutamento de elementos desejavelmente com maior nível de formação escolar.</p> <p>Apoio ao estabelecimento de prioridades de formação nas várias áreas técnicas.</p>	-
<b>23.</b> O processo de desmobilização dos antigos combatentes é essencial para a estabilização social do país, pelo que deve ser apoiado pela Cooperação Portuguesa, defendendo junto das instâncias internacionais a importância de assegurar um fundo internacional para financiar	MDN/DGPDN	Não aceite	<p>Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. No entanto, poderá ser equacionado o contributo da CTM</p>	-

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
este processo.			sob a forma de aconselhamento, definição de linhas orientadoras e escrutínio dos casos de desmobilizados ainda passíveis de integração no mercado de trabalho, de acordo com valências que se tornem úteis por défice nacional. Poderão apontar-se, como exemplo, os militares com formação nas áreas de comunicações, manutenção auto e naval e construção civil e obras públicas, os quais serão sempre uma mais-valia em eventuais programas de formação profissional dirigidos a jovens.	
<b>24.</b> O apoio da Cooperação Portuguesa à Reforma das Forças Armadas Guineenses deve ter em conta o envolvimento dos militares nesse processo, pois só assim se promoverá a respectiva apropriação.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma	-
<b>25.</b> É necessário obter fundos adicionais junto de organizações multilaterais para a recuperação do Centro de Instrução Militar do Cumeré, em complementaridade com o trabalho da cooperação técnico-militar.	MDN/DGPDN	Não aceite	Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. O MDN poderá, sim, posteriormente, colaborar na articulação dos trabalhos a desenvolver, no sentido de garantir a complementaridade das intervenções.	-
<b>26.</b> A cooperação técnico-militar e a Reforma do Sector da Segurança devem estar articuladas,	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma.	-



**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL</b> <sup>13</sup>	<b>ACEITE OU REJEITADA</b> <sup>14</sup>	<b>EXPLICAÇÃO</b> <sup>15</sup>	<b>SEGUIMENTO</b>
pelo que a sua coordenação deve ser promovida internamente, por todos os intervenientes.				
<b>27.</b> Importante reforçar o apoio na área da Marinha Nacional.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio técnico e conceptual à estrutura superior da Marinha Nacional.  Formação de quadros e especialistas navais.	-
<b>Área Eleitoral</b>				
<b>28.</b> Continuar a apoiar o programa de modernização e descentralização do sistema eleitoral através da aposta na formação nessas áreas.	MAI/DGAI	Aceite	O MAI/DGAI irá continuar a apoiar a reestruturação dos órgãos da administração eleitoral e estruturação e aperfeiçoamento das Unidades Orgânicas, central e local, vocacionadas para a organização, execução e apoio técnico em matéria eleitoral, tendo em vista a sua articulação e a melhoria, o aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho e funcionamento, bem como apoiar os processos de recenseamento e eleitorais no País.	-
	IPAD/CGI		Aguarda-se proposta para apoio às Eleições Autárquicas.	Está em curso apoio às eleições Presidenciais e prevê-se apoio ao recenseamento para eleições Legislativas em 2012.
<b>Área da Educação</b>				
<b>29.</b> É urgente implementar a assessoria ao Ministério da Educação Guineense.	IPAD/CGI	Aceite	Aguardava-se selecção de candidato com perfil adequado para esta assessoria, o que se	Idem. Todas as assessorias indicadas e outras em curso, com progressos significativos.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
			mostrou um erro de planeamento uma vez que o perfil é demasiado complexo para um só elemento. Optou-se agora por clarificar sete áreas temáticas e respectivos responsáveis no PASEG II (Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação de Infância, Administração Escolar, Educação para a Cidadania, Alfabetização e Desenvolvimento Curricular) e reiterar ao MEN a disponibilidade destes AC para actividades de assessoria em cada uma destas áreas. Os responsáveis pelo EB e ES ocuparam mesmo um espaço físico junto do Gabinete do Ministro.	
<b>30.</b> Rever a distribuição das bolsas internas de forma a poderem incluir outras escolas secundárias. Nesta revisão, deveria pensar-se na criação de uma comissão Portugal / Guiné-Bissau para a atribuição destas bolsas.	IPAD/CGI/NB	Aceite	Está previsto nos Regulamentos de Bolsas Internas assinados com cada um dos países, desde que estas sejam devidamente reconhecidas.	Idem
<b>31.</b> Transformar o mais possível as bolsas para licenciatura em Portugal em bolsas internas.	IPAD/CGI/NB	Aceite	A presente política de bolsas visa privilegiar as bolsas para estudos pós-graduados em Portugal e reduzir as de licenciatura, passando estas a ser integradas no Programa de Formação no país de origem. Presentemente somente dois países (Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) possuem contingentes de bolsas para licenciatura no Programa de	Idem

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
			Formação em Portugal. Esta implementação originou um aumento no contingente de bolsas internas nalguns dos países.	
<b>32.</b> No alargamento do PASEG ao interior, ter em consideração a experiência adquirida pela FEC nas suas intervenções, evitando sobreposições e contribuindo para a complementaridade das intervenções da Cooperação Portuguesa.	IPAD/CGI	Aceite	A complementaridade entre os dois projectos foi tida em conta na escolha das regiões de expansão do PASEG II (Bafatá e Cacheú, onde a FEC tem desenvolvido a maior parte do seu trabalho no EB comunitário) e na metodologia de intervenção, com integração das mesmas equipas regionais de Inspectores Formadores das DRE que a FEC tem capacitado na implementação e acompanhamento das suas formações.	Idem. Verifica-se complementaridade e divisão de trabalho crescentes entre FEC e PASEG. Reuniões regulares de coordenação instituídas.
	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Criação de um grupo de trabalho (PASEG+FEC) com o objectivo de se realizarem reuniões periódicas de articulação e troca de experiências entre os dois projectos.
<b>33.</b> Dar maior visibilidade ao PASEG sem contudo prejudicar o foco nos seus objectivos principais.	IPAD/DSCGI	Aceite	O PASEG integra diversas medidas de reforço da visibilidade, com recurso a diferentes suportes (eventos, brochura de informação, spots televisivos, material promocional).	Idem.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Realização de um spot publicitário e de um documentário sobre o trabalho desenvolvido. Criação de um novo logótipo. Produção de materiais de divulgação (pastas, autocolantes, placas, entre outros). Cobertura pelos órgãos de comunicação social das actividades realizadas (ex. TV, rádios, jornais). Criação de um <i>site</i> , adesão ao facebook e elaboração de um Boletim.
	Instituto Camões	Aceite	Integrar as acções que o Instituto Camões, através do Centro Cultural tem vindo a desenvolver no âmbito do PASEG.	<b>2011</b> O IC promoveu e dinamizou uma acção de formação de formadores sobre didáctica do português língua segunda, destinado a cooperantes que foram seleccionados para o ano lectivo 2011/2012.
<b>34.</b> Promover Bolsas de Estudo para licenciatura em Língua Portuguesa.	IPAD/CGI/NB	-	A definição das áreas de formação é da competência do país. No entanto, seja qual for a área, fica privilegiado o ensino em língua portuguesa. A competência nesta área é do Instituto Camões.	Idem
	Instituto Camões	Rejeitada	Esta formação já existe no terreno que é apoiada pelo Instituto Camões.	-
<b>35.</b> Apoiar a criação e implementação da Universidade Pública Amílcar Cabral, envolvendo a Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	A disponibilidade para apoiar a criação desta Universidade, em processo participado pela FDB, tem sido reiterada pelo IPAD ao MEN. O próprio Protocolo do	Idem.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>13</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>14</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>15</sup>	SEGUIMENTO
			Projecto FDB integra essa preocupação. A iniciativa terá de partir das autoridades guineenses.	
	FDL	-	-	-
<b>36.</b> Continuar a envidar esforços no sentido da sustentabilidade financeira e de gestão da Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	O Projecto FDB para 2010-11 inclui uma redução de 5 para 3 elementos expatriados e a contratação de funcionários locais para a gestão da Secretaria, justamente neste sentido. Aguarda-se reforço da equipa de Doutorados da FDB para a transição das responsabilidades de Direcção Científica e Pedagógica e, eventualmente, de gestão.	Idem. Medidas de apoio à sustentabilidade incluíram ainda, em 2011, reforço da equipa local de gestão da Secretaria. Sustentabilidade financeira será difícil de alcançar, mas nesse sentido tudo o que CP pode fazer é negociar com Ministério da Educação Nacional a retirada progressiva de complementos de salários aos docentes guineenses, a compensar com reforço de prestações (incertas) do Orçamento de Estado à FDB.
	FDL	-	-	-
<b>Área do Desenvolvimento Rural</b>				
<b>37.</b> Apesar das diferenças de filosofia de intervenção entre Quebo e PAIPA (o primeiro era fundamentalmente virado para a experimentação e o segundo com maiores preocupações ligadas com a questão da apropriação num contexto de segurança alimentar), poderia ser útil aproveitar	IPAD/CGI	Rejeitada.	A prioridade da política agrícola na Guiné-Bissau é a segurança alimentar, que passa principalmente pela reintrodução da cultura do arroz, que pouco poderá beneficiar de investimento	-

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL</b> <sup>13</sup>	<b>ACEITE OU REJEITADA</b> <sup>14</sup>	<b>EXPLICAÇÃO</b> <sup>15</sup>	<b>SEGUIMENTO</b>
alguns ensinamentos do Quebo.			em investigação nesta altura.	
	Embaixada	Aceite		Relativamente às frutícolas, e por serem apenas estas as produzidas no Quebo, para os pomares que estão a ser instalados, um em Sucutô e outro em Djana, recorreremos ao Quebo, e já está implantado em Sucutô, com citrinos.
<b>38.</b> Em relação ao Programa de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar, deve incluir-se uma vertente ligada à área da comercialização.	IPAD/CGI	Aceite.	Foi integrada desde 2010, com actividades e equipamentos de apoio ao agro-processamento, transporte e comercialização.	Verifica-se progressos, com apoio à criação de posto de venda para as Associações, participação em feira agrícola, compra de motorizadas com pequenos atrelados, etc.
	Embaixada	Aceite		Foram adquiridas motorizadas para transporte de produtos hortícolas e está programada a instalação, ao nível da estrada Bafatá/Bissau, para comercialização de produtos hortícolas junto de mulheres grossistas.
<b>39.</b> Devem ser criadas condições para que a assessoria ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau obtenha melhores resultados. Já foi realizado algum trabalho neste sentido. Ainda neste âmbito, preparar técnicos guineenses capazes de assegurar a coordenação dos diversos trabalhos de campo e de gestão, tendo em vista	IPAD/CGI  MADRP	Aceite.	Conseguiu-se a designação de uma equipa de técnicos do MADR para coordenação conjunta e apoio ao acompanhamento do PAIPA no terreno. Pretende-se reforçar a formação destes técnicos e desenvolver capacidades no MADR para a replicação da metodologia PAIPA, apoiada numa	Idem. Foi criado Gabinete do PAIPA/CP junto do MADR, que assegura actividades de assessoria do Ministério e responde a pedidos da Embaixada de Portugal no apoio e orientação a investidores privados. Progressos na capacidade da equipa da



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL</b> <sup>13</sup>	<b>ACEITE OU REJEITADA</b> <sup>14</sup>	<b>EXPLICAÇÃO</b> <sup>15</sup>	<b>SEGUIMENTO</b>
a apropriação.			sistematização dos instrumentos do Projecto que possa resultar num kit “chave na mão” para o desenvolvimento rural.	Unidade de Missão PAIPA no MADR – está previsto programa de formação especializado destes técnicos pelo GPP do nosso Ministério da Agricultura, a implementar em 2012.
	Embaixada de Portugal em Bissau	Aceite		Já têm sido debatidas várias vezes as possibilidades e, presentemente estão já escolhidos técnicos guineenses de formação universitária para acompanharem o projecto na sua vertente de campo no primeiro e depois na própria coordenação, mas só a partir do ano em curso.



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

## GUINÉ-BISSAU

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>16</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>17</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>18</sup>	SEGUIMENTO
<b>40.</b> A Guiné-Bissau deve fortalecer a Direcção-Geral de Cooperação para que esta possa promover e assegurar uma maior articulação entre todos os sectores guineenses.	Governo guineense	-	-	-
<b>41.</b> O Estado guineense deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa, devendo assumir progressivamente, na medida do possível, alguns compromissos.	Governo guineense	-	-	-
<b>42.</b> O Estado guineense deve assegurar a aprovação e publicitação tão rápida quanto possível de toda a legislação produzida.	Governo guineense	-	-	-

<sup>16</sup> Serviço ao qual se destina a recomendação

<sup>17</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>18</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.